

Marcelo Bauer é solto

André Garcia
Da equipe do **Correio**
Eunice Pinheiro
Especial para o **Correio**

Durou apenas oito meses a prisão de Marcelo Duarte Bauer, 34 anos, acusado de ser o autor do assassinato da estudante Thaís Muniz Mendonça, crime que comoveu os brasilienses em 1987. A Justiça da Dinamarca decidiu ontem negar o pedido de extradição de Bauer feito pelo Brasil em setembro do ano passado e libertar o brasileiro.

Três juízes federais da Dinamarca alegaram razões humanitárias para negar o pedido de extradição, que já havia sido aprovado em duas instâncias da Justiça dinamarquesa. Os juízes levaram em consideração o principal argumento da defesa de Marcelo Bauer: as precárias condições do sistema penitenciário brasileiro. Na Dinamarca, uma das exigências para extraditar um preso é a garantia de vida do acusado em seu país de origem.

O julgamento de Bauer foi concluído às 14h20 (9h20 da manhã em Brasília). A junta de juízes federais é a penúltima instância da Justiça dinamarquesa, mas ainda não se sabe se os promotores poderão recorrer da decisão na Suprema Corte da Dinamarca. Por enquanto, Marcelo Bauer está livre e pode viver tranquilamente em território dinamarquês.

PASSAPORTES FALSOS

Desde que foi apontado como suspeito do crime pela Polícia Civil de Brasília, Bauer nunca mais foi visto no Brasil. Em setembro do ano passado, treze anos depois da morte de Thaís, dois agentes da Polícia Civil o encontraram na cidade dinamarquesa de Arhus. Bauer foi preso por agentes da Interpol e, imediatamente, o Ministério da Justiça brasileiro enviou pedido de extradição ao governo da Dinamarca para que ele pudesse responder pelo crime no Brasil.

Nos treze anos em que esteve foragido, Marcelo Bauer morou em Porto Alegre (RS), Chile e Alemanha. Vivia há oito anos na Dinamarca, onde cursava Comércio Exterior. Casou-se com uma dinamarquesa, separou-se dela, mas já tinha uma outra namorada. Quando foi preso, usava passaportes falsos.

A decisão de libertar Marcelo Bauer surpreendeu jornalistas dinamarqueses que acompanham o caso, uma vez que o pedido de extradição havia sido aprovado em duas instâncias. Em janeiro, o Ministério da Justiça da Dinamarca aceitou o pedido de extradição, depois de receber informações do governo brasileiro sobre a situação do sistema carcerário do Brasil e de se certificar de que o país é signatário de tratados internacionais de Direitos Humanos.

O advogado de defesa do brasileiro, Thomas Rerdem — um dos

Reprodução



MARCELO BAUER E THAÍS MENDONÇA: ADVOGADO DE DEFESA CONVENCEU CORTE DINAMARQUESA DE QUE ACUSADO CORRIA RISCO DE MORTE SE VOLTASSE AO BRASIL

“EU ESTOU MUITO ALIVIADO, MAS NÃO QUERO FAZER COMENTÁRIOS ENQUANTO O CASO NÃO ESTIVER ABSOLUTAMENTE FECHADO”

MARCELO BAUER

Em entrevista ao jornal dinamarquês Jyllands-Posten

mais respeitados da país — recorreu à corte municipal de Arhus. Mas, em março, a juíza Kirsten Maigaard resolveu manter a decisão de extraditar o brasileiro.

Rerdem, então, entrou com novo recurso na corte federal da Dinamarca. A tática do advogado foi atacar os sistemas judiciário e penitenciário do Brasil. Ele citou inclusive relatório da Anistia Internacional publicado em abril sobre as condições das cadeias brasileiras. O estudo, preparado pelo inglês Nigel Hodley, classificou a situação brasileira de “apavorante”.

DIREITOS HUMANOS

Se causou surpresa na imprensa dinamarquesa, a decisão judicial foi muito mal recebida no Ministério da Justiça do Brasil. O ministro José Gregori só soube da sentença no final da tarde de ontem — e não gostou nada da notícia. A decisão é outro

duro golpe na área de Direitos Humanos sofrido pelo governo brasileiro, que está tendo de dar explicações em Genebra, Suíça, sobre os dados do relatório da Anistia Internacional.

No início da noite, o ministro enviou carta à embaixada da Dinamarca no Brasil em que se diz decepcionado com a decisão e pede à embaixadora Anita Hugau que verifique a possibilidade de o Ministério da Justiça dinamarquês recorrer da sentença na Suprema Corte daquele país. “O pedido de extradição (...) fundamentou-se em crime de grande cometeção, com requintes de crueldade”, diz um trecho da carta.

Membro da comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o deputado federal Marcos Rolim (PT-RS) considerou a sentença uma vergonha para o Brasil. “Não me surpreende que um país como a Dinamarca tenha uma visão desse tipo sobre o nosso país”, declarou.

Marcelo Bauer foi solto pouco depois da sentença. Saiu da cidade de Viborg e foi direto para Arhus, a 60 quilômetros de distância, para comemorar a vitória com amigos, a atual namorada e familiares de sua ex-mulher. Com a decisão favorável, ele deve ficar na Dinamarca pelo menos até que o crime do qual é acusado no Brasil prescreva — o que ocorrerá em seis anos. “Eu estou muito aliviado, mas não quero fazer comentários enquanto o caso não estiver absolutamente fechado”, disse Bauer ao *Jyllands-Posten*, um dos principais jornais da Dinamarca.

CRIME E FUGA

1987: O CRIME

■ 10 de julho de 1987, sexta-feira: Thaís Mendonça e Marcelo Bauer são vistos pela última vez. No dia 12, o corpo da estudante é encontrado em um matagal próximo à 415 Norte. Thaís recebeu 19 facadas na altura do pescoço e sofreu traumatismo craniano provocado por disparo de arma de fogo. Marcelo Bauer, principal suspeito do crime, nunca mais foi visto em Brasília.

SETEMBRO DE 2000: O ESCONDERIJO

■ Dois agentes da Polícia Civil encontram Marcelo Bauer na cidade dinamarquesa de Arhus, onde vivia há oito anos. A Justiça brasileira expede mandado de prisão contra Bauer, efetuado pela Interpol. Dias depois da prisão, o Ministério da Justiça do Brasil encaminha um pedido de extradição ao governo da Dinamarca, para que Bauer possa responder pelo crime no Brasil.

JANEIRO DE 2001: A EXTRADIÇÃO

■ O Ministério da Justiça da Dinamarca, depois de pedir informações ao governo brasileiro sobre os sistemas judiciário e carcerário do país, decide aceitar o pedido

de extradição. Para o governo dinamarquês, a polícia brasileira apresentou indícios que justificariam a volta de Bauer ao Brasil. O advogado de defesa de Marcelo Bauer, Thomas Rerdam — um dos mais famosos daquele país — apela para a Corte Municipal de Arhus, cidade onde Bauer vivia.

MARÇO DE 2001: A DEFESA

■ A juíza Kirsten Maigaard, da Corte Municipal de Arhus, confirma a decisão do Ministério da Justiça da Dinamarca e aceita o pedido de extradição de Marcelo Bauer. A defesa de Bauer tentou derrubar a extradição alegando que o sistema penitenciário brasileiro é corrupto e violento. Mas a juíza dinamarquesa não se sensibilizou. “O inquérito foi feito no Brasil. Todas as provas estão lá. Ele não pode ser solto, já que a acusação é muito grave”, disse a juíza, na época. A defesa de Bauer decide recorrer à Corte Federal da Dinamarca, localizada na cidade de Viborg, a 60 quilômetros de Arhus.

MAIO DE 2001: A SENTENÇA

■ Três juízes federais de Viborg decidem negar o pedido de extradição de Marcelo Bauer e libertar o brasileiro.